



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 18, n. 02, art. 14, p. 257-283, fev. 2021

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2021.18.02.14>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



Organização do Trabalho no Assentamento Osvaldo de Oliveira

Organization of Work in the Osvaldo de Oliveira Settlement

Gilcimar Ferreira de Carvalho Caetano

Mestre em Administração pela Universidade do Grande Rio

E-mail: gilcimardecarvalho@gmail.com

Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley

Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas

E-mail: sergio.wanderley@unigranrio.edu.br

Endereço: Gilcimar Ferreira de Carvalho Caetano

Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO – Av.
Perimetral Prof. José de Souza Herdy, 1.160, Jardim 25
de Agosto, CEP: 25071-202, Duque de Caxias/RJ, Brasil

Endereço: Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley

Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO – Av.
Perimetral Prof. José de Souza Herdy, 1.160, Jardim 25
de Agosto, CEP: 25071-202, Duque de Caxias/RJ, Brasil

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 01/01/2021. Última versão
recebida em 12/01/2021. Aprovado em 13/01/2021.

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar como se aplicam os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira ligado ao MST. A investigação é feita a partir do que informam os assentados e as assentadas que estão inseridos nesse assentamento rural. A pesquisa tem abordagem qualitativa descritiva, e a construção do *corpus* de pesquisa deu-se a partir de observação participante durante convívio com os assentados por um período de quinze dias, elaboração de caderno de campo com observações feitas a partir do relacionamento com a comunidade, além de entrevistas semiestruturadas realizadas com 11 residentes do assentamento durante minha estadia. A interpretação do material coletado apoiou-se nas orientações de análise de conteúdo categorial. Os resultados sugerem que o assentamento propõe uma organização autogestionária. A comunidade é gerida coletivamente. As questões de interesse do assentamento sejam relacionadas à organização do trabalho, definição de coordenadores de núcleos, questões pedagógicas e etc., são todas discutidas em assembleias. Embora, todos tenham em princípio direitos iguais, existem os que se consideram desprestigiados, mas não a ponto de comprometer as relações interpessoais e a estrutura organizacional. Em relação às condições de vida no Osvaldo de Oliveira, a infraestrutura é evidentemente comprometida devido à falta de recurso próprio, potencializada principalmente pelas poucas ações do poder público para gerar mais qualidade de vida, como por exemplo, saneamento básico, geração de energia elétrica, telecomunicação e transporte.

Palavras-chave: Autogestão. Assentamento. MST. Organização do Trabalho. Observação Participante.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate how the concepts of self-management, politecnia and solidarity economy are applied in the organization of work in the Osvaldo de Oliveira settlement linked to the MST. The investigation is based on what the settlers and settlers inform that are inserted in this rural settlement. The research has a descriptive qualitative approach, and the construction of the research corpus was based on participant observation during living with the settlers for a period of fifteen days, preparation of a field notebook with observations made from the relationship with the community, as well as semi-structured interviews with 11 residents of the settlement during my stay. The interpretation of the collected material was based on the guidelines for the analysis of categorical content. The results suggest that the settlement proposes a self-managed organization. The community is managed collectively. The issues of interest to the settlement are related to the organization of work, definition of coordinators of centers, pedagogical issues, etc., are all discussed in assemblies. Although, in principle, everyone has equal rights, there are those who consider themselves to be discredited, but not to the point of compromising interpersonal relationships and the organizational structure. Regarding the living conditions in Osvaldo de Oliveira, the infrastructure is evidently compromised due to the lack of own resources, which is mainly strengthened by the few actions by the government to generate more quality of life, such as basic sanitation, electricity generation, telecommunication and transport.

Keywords: Self-management. Settlement. MST. Work Organization. Participant Observation.

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de investigar como se aplicam os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária na organização do trabalho em um espaço rural, desenvolvemos nossa pesquisa no assentamento Osvaldo de Oliveira em Macaé/RJ, ligado ao MST.

Investigar como o trabalho no campo está organizado demanda, atender processos laborais como: atividades para serem realizadas, a quem cabe executar, determinar horário para execução, como se dá a remuneração e o controle desses processos.

Sendo assim, buscou-se investigar o que informam os assentados e as assentadas que estão inseridos nesse assentamento rural, para responder: como se organiza o trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira sob a perspectiva da autogestão, politecnia e economia solidária?

Para tanto, foi necessário conviver com as famílias assentadas, o que foi feito por um período de quinze dias ininterruptos.

Se um por um lado, a política econômica estimula a saída do trabalhador rural do campo em consequência da mecanização da agricultura, por outro a reforma agrária popular proposta pelo MST articula o trabalho coletivo e autogestionário em detrimento do modelo heterogestionário: “[...] os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião etc [...]” (CONCRAB, 1998, p. 26).

De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), na autogestão a tomada de decisão se dá de forma coletiva e não individual. É um modelo de organização onde a propriedade e o controle dos meios de produção são harmônicos e geridos democraticamente (BRASIL, 2015).

Em contraponto, Faria (2013) sinaliza que a heterogestão se organiza de forma burocrática, hierarquizada e hegemônica onde predomina o controle de uma minoria sobre a maioria, reproduzindo o modelo capitalista de produção e divisão de classes (FARIA, 2013).

Afora os respondentes que participaram da investigação, por vezes serem discriminados pela sociedade, ignorados pela comunidade acadêmica e desassistidos pelo poder público, preservamos literalmente suas falas nos fragmentos que compõem a análise dos dados, respeitando a expressão peculiar daquela população e assim, não interferindo no seu modo de comunicação.

A escolha do local de investigação não ocorreu de forma aleatória. A opção por fazer a pesquisa nesse assentamento é resultado de reuniões com a Coordenação da Direção Estadual de Produção e Saúde do MST/RJ.

O modelo desse assentamento é classificado como Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que tem como requisito precípua “a valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária” (BRASIL, 2006, p. 20). Portanto, acreditamos no seu enquadramento com o objetivo dessa pesquisa, justificando assim a opção pelo estudo do assentamento Osvaldo de Oliveira.

A pesquisa se torna relevante, pois consiste em dar visibilidade aos trabalhadores rurais, pequenos agricultores, por vezes ignorados pela sociedade e pela literatura em administração.

Na órbita destes espaços sociais, encontra-se a sociedade ampliada que precisa conhecer e voltar seu olhar para um extrato da sociedade, que trabalha arduamente. Para além de oferecer o alimento necessário a população, também contribui para a melhoria da saúde da população, na medida em que disponibiliza alimentos livres de agrotóxicos.

Ademais, possibilitará aos governos municipal, estadual e federal melhorar sua participação no desenvolvimento e na viabilização de políticas públicas, sociais e trabalhistas mais adaptadas à realidade camponesa brasileira.

Essa pesquisa está dividida em cinco seções. A primeira foi dedicada à introdução. A segunda seção está destinada ao referencial teórico. Na terceira, a metodologia aplicada. A quarta seção está reservada para a apresentação da observação participante, análise e tratamento dos dados. Por fim, na quinta seção apresentamos as considerações finais e possíveis sugestões de trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Autogestão

No entendimento de Almeida (1983), o termo “autogestão” surgiu na França em meados dos anos 60 do século passado e seria a tradução de uma palavra servo-croata: *samoupravlje* (*samo* equivale ao prefixo grego auto e *upravlje* significa algo muito próximo de gestão).

De acordo com Motta (1981), trata-se de um modelo de organização da própria sociedade sem a existência de políticos e do próprio Estado:

[...] A sociedade autogestionária, [...] é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de 'autonomias de grupos se auto administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização (MOTTA, 1981, p. 168).

De acordo com Bobbio *et al* (1998), autogestão em sentido lato deve ser entendida como,

[...] um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas [...] (BOBBIO *et al*, 1998, p. 74 e 75).

Para Faria (2009), a autogestão, mais do que se apropriar dos meios de produção, traz a lume uma proposta de transformar profundamente a economia, a cultura e a política da sociedade. Ele explica que:

A autogestão, em resumo, ultrapassa toda e qualquer proposta democratizante no âmbito da gestão participativa, na medida em que não pretende simplesmente criar grupos de trabalho autônomos ou abolir determinados graus de autoridade nas organizações, mas abolir as estruturas autoritárias da sociedade e das suas organizações. [...] com o objetivo de criar um outro e superior modo de produção e de gestão social (FARIA, 2009, p. 291).

Em boa medida, para que a autogestão efetivamente seja instalada como forma de organização do trabalho, seria necessárias transformações nas estruturas econômicas, políticas e sociais a ponto de se metamorfosearem em uma grande cooperativa, como forma de emancipação do trabalho e se sobrepôr ao Estado (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 1981).

Esse modelo convencional, heterogestionário (que significa gestão por outros, que não sejam os próprios trabalhadores), se amalgamou na sociedade e está fundamentado nas teorias da administração científica (LINS, 2013).

Faria (2017), alerta que a autogestão, deve ser entendida como negação da heterogestão, ainda que seu conceito venha sendo aplicado de forma imprecisa, não abraçando completamente todas as características necessárias à autogestão, assim não observa a negação absoluta em oposição à heterogestão.

Autogestão, seria então um padrão organizativo, que harmoniza propriedade e controle efetivo dos meios de produção aliados à gestão democrática, tal qual Singer (2002) afirma, que as práticas autogestionárias estão relacionadas com as lutas dos trabalhadores e do movimento operário que, desde o século XIX, construíram experiências cooperativistas.

2.2 Politecnia

O conceito de politecnia tem como proposta unir as habilidades manuais e intelectuais dos trabalhadores na organização de trabalhos coletivos.

Os processos de trabalho desenvolvidos no modo de produção capitalista conduziram o trabalhador, a um distanciamento do controle sobre os conhecimentos da atividade de trabalho, levando-o a alienação dos conteúdos científicos e técnicos, que tende assingelar sua intervenção nos processos produtivos e depreciar o trabalho (CHIARIELLO; EID, 2013).

Da mesma forma Vazzoler (2004), ao tratar da divisão técnica do trabalho originada no capitalismo, sustenta que o aumento da produtividade, está atrelado a necessidade de maior controle do processo de trabalho, tornando as tarefas no processo/trabalho de produção, mais simples e que para executá-las, bastam trabalhadores menos qualificados, o que proporciona salários mais baixos e lucros maiores para o capital.

Verifica-se assim o fracionamento do trabalho, culminando com o domínio do capital em relação ao trabalho, tipificando o modelo taylorista-fordista.

Com a concepção do modelo de produção taylorista-fordista, estabeleceu-se na organização do trabalho, a divisão de tarefas, o estudo dos tempos e movimentos, real expressão do capitalismo, baseada na divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, na divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção (SAVIANI, 1989).

No entanto, em meados do século XX, com a introdução da automação microeletrônica, veio também necessariamente à exigência da capacidade intelectual humana, para utilização de novos equipamentos de alto valor e sofisticação (CHIARIELLO, 2012).

O incremento desta nova tecnologia trouxe para as organizações, a necessidade de demandar trabalhadores mais qualificados para seu manuseio, ou seja, a atividade de trabalho apontava uma nova perspectiva. Os trabalhadores tinham que ser politécnicos e não mais específicos para uma determinada atividade (CHIARIELLO, 2012).

Conceitualmente, o termo politecnia remete a proposta de interação, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, de maneira que o trabalhador tenha domínio sobre a totalidade do trabalho, a ponto de questionar a divisão técnica do trabalho, intrínseca ao capitalismo (CHIARIELLO, 2012).

Segundo Saviani (1989), para que a politecnia seja efetivamente aplicada deve-se considerar que,

a união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar sobre a base da superação da apropriação privada dos meios de produção, com a socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, no conjunto da sociedade (SAVIANI, 1989, p. 15).

Nesse sentido, a politecnia não só apresenta a noção de propor a integração, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, de forma que o trabalhador tenha domínio do conhecimento e da gestão do processo de trabalho, mas ressalta, que sua adesão como alicerce do trabalho associado, autogestionário evidencia o modelo socialista de unidade do trabalho (CHIARIELLO; EID, 2013).

Para além da conceituação teórica, a politecnia se coloca como potencial instrumento de transformação social, e elemento de crítica à alienação do trabalhador em relação ao processo capitalista de produção (CHIARIELLO, 2012).

Ao usar o conceito de politecnia, para organizar o trabalho em iniciativas em que se propõe à autogestão, é preciso indagar se é possível capacitar os trabalhadores associados com aparato teórico-científico que, conjuntamente com a sua própria experiência prática em saber-fazer, possibilite ativar o processo de trabalho de maneira diferente, como que este é ativado sob a heterogestão.

Chiariello e Eid (2013, p. 53), afirmam que esta indagação existe, “na organização do trabalho em cooperativas que tem no trabalho associado e na autogestão os pilares para sua constituição e que se apresentam como ambiente propício para a aplicação da politecnia”.

Ademais, em um empreendimento autogestionário, mesmo que haja divisão de tarefas, não pode, no entanto, haver divisão entre trabalho intelectual e manual, pois a unificação dessas duas habilidades são pressupostos da politecnia.

2.3 Economia solidária

A economia solidária, segundo Singer, tem sua origem na Inglaterra do século XIX, decorrente de uma crise social e econômica e pelos mesmos motivos se evidenciou no Brasil do século XX (SANTOS, 2018).

Devido a questão da crise estrutural do capitalismo e as transformações de ordem social, econômica e política oriundas dela, observamos o surgimento de alternativas de trabalho coletivo a fim de gerar trabalho e renda. Assim, destacamos entre as alternativas possíveis a: economia solidária.

De acordo com Singer (2002), a economia solidária torna-se uma opção ao modo de organizar a produção,

[...] cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por

igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade [...] (SINGER, 2002, p. 10).

Para Singer (1999), a economia solidária tem como ideia, combater o desemprego, propor novas formas de organização da produção, em que a base lógica fundante é oposta a que rege o mercado capitalista, praticando a solidariedade em substituição à competitividade.

Na concepção de Eid e Pimentel (2001), os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) são:

Em síntese, a cooperação e a eficiência no trabalho se desenvolvem nos EES onde exista similitude de interesses e motivações dos membros; utilização de maior capacidade de trabalho conjunto, através de acordo no coletivo; busca pela ampliação do conhecimento técnico e profissional apropriado pelo coletivo e incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo (EID; PIMENTEL, 2001, p. 5).

Ainda segundo Vazzoler (2004), o modelo de economia solidária possui características como: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto sustentação, desenvolvimento humano e reponsabilidade social (VAZZOLER, 2004).

A fim de atender a realidade brasileira, em 2003 foi criada a SENAES, vinculada a época ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a responsabilidade de incrementar a prática da economia solidária, além de acompanhar seu desenvolvimento (FARIA, 2009).

Conforme o relatório de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil, sobre Empreendimentos de Economia Solidária no ano de 2013, divulgado em 2016, havia 19.708 EES em atividade no Brasil e 1.423.631 associados (IPEA, 2016).

Segundo a SENAES, a economia solidária é:

[...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados.

Alguns princípios são muito importantes para a economia solidária. São eles: cooperação – autogestão – ação econômica – solidariedade (BRASIL, 2015).

Através da economia solidária presenciam-se, modos diferentes que vislumbram quebrar o ciclo de crescimento da pobreza e da exclusão social, causados pelos programas liberais globalizados (OLIVEIRA, 2003).

No entanto, para Tiriba (2003), é preciso uma análise mais ampla sobre o assunto. Uma vez que no seu entendimento, nem toda economia solidária é popular, assim como nem toda economia popular é solidária.

O interesse do MST, no desenvolvimento de EES fica evidente nas palavras de Lisboa (2003), quando o autor observa, que esses empreendimentos, advêm da luta política dos movimentos sociais e da auto-organização comunitária, como é o caso das cooperativas e dos assentamentos do MST.

3 METODOLOGIA

3.1 Desenvolvimento da pesquisa

A composição do grupo de respondentes foi formada em parte por mim, a partir da minha observação no campo e também por indicação dos coordenadores do local.

Inicialmente foram selecionadas 19 pessoas para serem entrevistadas, no entanto, este processo foi encerrado com 11 pessoas, como pode ser observado no Quadro 1, tendo em vista que as entrevistas começaram a ficar saturadas, ou seja, já não acrescentavam novos dados. Essas entrevistas resultaram em aproximadamente onze horas de gravação que foram transcritas em sua totalidade.

Quadro 1 – Perfil das Pessoas Entrevistadas

Nº	Sexo	Idade	Escolaridade	Tarefa	Tempo em anos no Assentamento
E1	M	34	Tecnólogo em Agroecologia	Coord. Região Lagos	04
E2	F	57	E. Fundamental	Coord. Região Lagos	05
E3	M	68	E. Médio	Coord. de Núcleo	05
E4	F	61	E. Fundamental	Coord. de Núcleo	09
E5	F	47	E. Fundamental		10
E6	M	45	E. Fundamental		10
E7	M	53	E. Médio		09
E8	M	50	E. Fundamental		05
E9	F	44	E. Médio		07
E10	M	63	E. Fundamental		04
E11	F	56	E. Médio		15

Fonte: Dados obtidos pelo autor a partir da pesquisa de campo

As entrevistas ocorreram em ambientes distintos: oito foram realizadas na sede do assentamento, duas delas no próprio barraco dos entrevistados e a última em uma sala do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (SINDIPETRO/RJ) no centro da cidade do Rio de Janeiro, numa data posterior a minha estadia no assentamento.

Durante a realização das entrevistas, foi necessário muitas vezes refazer o questionamento com outras palavras e até mesmo fazer uso de exemplos para facilitar o entendimento dos entrevistados.

3.2 Método de coleta de dados utilizado

A pesquisa é qualitativa descritiva, conforme proposto por Gil (2008, p. 28), “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno...”, com técnicas de investigação: observação participante, elaboração de diário de campo e entrevistas semiestruturadas.

A estratégia de investigação da pesquisa está baseada na observação participante que também permite a realização de entrevistas.

Como fonte para coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevistas semiestruturada, que foram realizadas com coordenadores(as) do assentamento, assentados e assentadas.

A opção por esta abordagem metodológica deu-se devido à possibilidade de permitir compreender “experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre o funcionamento organizacional, movimentos sociais”, conforme apresentado por Strauss e Corbin (2008, p. 23).

Segundo Thiollent (2009), observação participante ou pesquisa participante, como o autor prefere denominar é uma abordagem, que tem um caráter participativo e possibilita a interação entre o pesquisador e os sujeitos inseridos na situação investigada. Dessa maneira, a abordagem metodológica utilizada também permite a elaboração de diário de campo, para registro das observações do pesquisador no período de imersão no espaço pesquisado.

A despeito dessas observações, elas são abordadas na seção narrativa da observação participante, cuja discussão é apresentada na análise de dados.

Como método de análise de dados, foi empregada a análise de conteúdo (AC) baseada em categorias temáticas conforme descreve Bardin (2016).

3.3 Categorias de análise temática

A composição de categorias analíticas, tem por propósito dialogar com a estrutura da organização do trabalho no assentamento, analisando suas especificidades a partir da percepção dos assentados(as).

Para a composição das categorias, tomamos como exemplo a Tese de Doutorado de Chiariello (2012) na qual fizemos algumas adaptações.

As categorias *a priori* elaboradas por Chiariello (2012) são as seguintes:

- a) Trajetória da organização do trabalho nas cooperativas;
- b) Democracia interna e relações de poder;
- c) Dinâmica dos cargos de gestão e de execução na cooperativa;
- d) Rodízio de funções e atividades de trabalho;
- e) Jornada de trabalho, remuneração e controle do trabalho e
- f) Formação política e técnica para o trabalho
- g)

Destas seis categorias excluímos a identificada pela letra “b” — Democracia interna e relações de poder — por entendermos que a mesma não se aplica ao objetivo da nossa pesquisa.

As demais deram origem as seguintes categorias temáticas, também descritas no quadro 2:

- I. Forma de organização;
- II. Forma de execução;
- III. Forma de remuneração do trabalho;
- IV. Formação técnica para execução do trabalho;
- V. Cooperação nas atividades de trabalho.

Diferentemente de Chiariello (2012), que evidenciou o trabalho nas cooperativas populares e tradicionais, espaços em que existe um modelo de gestão empresarial, esta pesquisa se fundamenta na organização do trabalho em um assentamento, a partir da gestão realizada pelas famílias ali residentes, assim se justifica a adaptação das categorias.

Assim, questões que eram relacionadas especificamente ao modelo de organização de uma cooperativa, foram excluídas ou adequadas para atender nossa investigação.

Quadro 2 – Categorias Temáticas de Análise

CATEGORIAS CHIARIELLO	NOVAS CATEGORIAS ADAPTDAS	DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS	AUTOR DE SUPORTE PARA AS CATEGORIAS	ASPECTOS OBSERVADOS NAS CATEGORIAS
Trajetória da organização do trabalho nas cooperativas; Dinâmica dos cargos de gestão e de execução na cooperativa e Jornada de trabalho, remuneração e controle do trabalho	Forma de organização; Forma de execução e Forma de remuneração do trabalho	Relacionadas à prática da autogestão	Bobbio <i>et al</i> (1988) Eid e Neves (1998) Eid e Pimentel (2001) Singer (2002) Vazzoler (2004) Severino (2006) Chiariello (2012)	Como é feita a tomada de decisões no assentamento; Como é a distribuição das tarefas entre os participantes da produção coletiva; Qual o critério de remuneração do trabalho nas áreas coletivas e como é feito o controle.
Formação política e técnica para o trabalho	Formação técnica para execução do trabalho	Relacionada à aplicação da politecnia	Saviani (1989)	Como o MST contribui para a capacitação do assentado.
Rodízio de funções e atividades de trabalho	Cooperação nas atividades de trabalho	Relacionada à execução da economia solidária	Bobbio <i>et al</i> (1998) Singer (2002)	Existência de trabalho cooperado entre os assentados.

Quanto às entrevistas com coordenadores, assentados e assentadas, percebi a necessidade de fazer adaptações nas perguntas inicialmente propostas durante minha presença no campo, a fim de adequá-las ao perfil da população residente no assentamento.

Uma vez no assentamento programei as seguintes etapas:

- a) Reunião com a comunidade do assentamento, para apresentação oral dos objetivos da pesquisa de campo e o roteiro de entrevista semiestruturado a ser aplicado junto aos coordenadores(as) e assentados(as);
- b) Seleção de assentados(as) para realização de entrevistas;
- c) Observação da infraestrutura, das situações do dia-a-dia da organização do trabalho no assentamento, através de diálogos informais com os membros do assentamento ao longo da jornada de trabalho, bem como fora do período de trabalho.

Assim sendo, acreditamos que a opção por esse método seja cabível para a investigação proposta e conseguinte análise dos dados.

4 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

4.1 Narrativa da observação participante

Esta subseção está reservada a exposição da experiência vivida diariamente com os assentados(as), participando ativamente do dia a dia daquela população.

Os primeiros sete dias foram dedicados a socialização com a comunidade, participação das reuniões dos núcleos a cada manhã.

As reuniões de núcleo de base aconteciam matinalmente, um núcleo a cada dia, portanto a cada manhã eu me apresentava e informava o objetivo da minha presença no assentamento.

Mesmo sendo bem recebido e aceito pela comunidade, nem tudo foi fácil quanto parecia. A falta de estrutura do local exigiu bastante esforço físico da minha parte.

Desconhecer previamente o assentamento foi um entrave, pois tinha no meu imaginário um modelo de agrovila, o que não se confirmou, tendo em vista que cada família tem sua Unidade de Produção Agroecológica Familiar (UPAF) e a moradia construída nesse “lote”.

Esta distribuição espacial do assentamento dificultou sobremaneira a execução da investigação em razão das distâncias percorridas, na maioria das vezes a pé. Houve dias, que

tive que caminhar mais de oito quilômetros. Quando chovia, era a lama na estrada que dificultava a caminhada, quando não, era o sol inclemente que castigava o corpo.

As moradias, muito humildes, barracos como eles chamam, são construídas de forma bem precária, algumas são feitas com estrutura de bambus cobertos com lonas, outras são de madeira e cobertas com telhas de fibrocimento e o piso de terra batida.

No período em que estive no assentamento, quase todas as noites dormi no barracão da resistência, que não dispõe de nenhuma segurança, nem mesmo estrutura para pernoite. Para dormir, fiz uso de uma lona para forrar o chão de terra úmido por causa da chuva que caía constantemente naqueles dias. Sobre essa lona colocava meu saco de dormir, só tinha como proteção um telhado de sapê.

No assentamento somente a sede dispõe de energia elétrica, não há telefone público e praticamente não existe cobertura de sinal para telefonia móvel, o que dificulta consideravelmente a comunicação.

A água para consumo é obtida de poços artesianos (cacimbas).

Não há no território do assentamento nenhum posto de saúde e para minimizar esta ausência, a coordenação dialoga com secretaria municipal de saúde de Macaé, no sentido de elaborar um calendário de visitas de uma equipe médica para atender os moradores na sede do assentamento.

O deslocamento do assentamento até a rodovia, onde é possível embarcar em um ônibus do serviço de transporte público para o distrito de Córrego do Ouro e Macaé é feito invariavelmente a pé ou através de carona oferecida por fazendeiros da região, pois não há serviço de transporte entre a rodovia e o assentamento.

No que diz respeito à educação, o município disponibiliza transporte, ida e volta, para deslocamento dos estudantes do assentamento para a escola, nos três turnos existentes.

O trabalho no assentamento começa bem cedo para aproveitar ao máximo o período menos quente do dia. Além disso, no ponto de vista da comunidade o trabalho coletivo também é uma maneira de promover a interação social dos moradores locais.

Em algumas ocasiões, determinadas culturas são plantadas fora de época, porque a comunidade fica na dependência da prefeitura enviar o trator, para arar a terra e frequentemente acontecem atrasos, impactando no resultado da produção, impedindo que se obtenha maior produtividade.

Falta também, por parte da prefeitura, mais atenção quanto à limpeza das valas que escoam as águas das chuvas. Quando chega a época das chuvas, boa parte do assentamento fica alagado, o que resulta em muitas perdas de culturas plantadas pelos assentados(as).

4.2 Formas de organizar, executar e remunerar o trabalho

Estas três categorias, estão relacionadas com o conceito da autogestão, e tem como propósito observar na gestão do assentamento, a presença de alguns aspectos como, por exemplo, “como é feita a tomada de decisões no assentamento”; “como é a distribuição das tarefas entre os participantes da produção coletiva”; “qual o critério de remuneração do trabalho nas áreas coletivas e como é feito o controle”.

4.2.1 Forma de organizar

O assentamento Osvaldo de Oliveira tem como configuração espacial a divisão em duas áreas: áreas individuais e áreas coletivas, sendo esta última de nosso interesse.

Nas reuniões e assembleias com a comunidade são tomadas as decisões quanto ao trabalho a ser realizado nas áreas coletivas, bem como a distribuição das tarefas para sua execução, permitindo assim que se tenha o controle dos meios de produção e resultados, conforme descreve Vazzoler (2004).

Como visto na declaração a seguir, as decisões são tomadas de forma coletiva, sugerindo que tal modelo se assemelha a definição apresentada por Bobbio *et al* (1998):

é hoje na verdade aqui como a gente é uma comunidade, então cada plantio que a gente faz aqui é feito uma assembleia e depois ela é discutida o que que nós vamo planta a maneira de, de plantar tem até lua também as vezes, não as vezes é uma lua nova é bom pra plantar o que? Então tudo isso a gente discute em assembleia. (E7).

Embora exista a figura do coordenador e da coordenadora, este não exerce nenhum tipo de liderança ou toma decisão monocrática, que no entendimento de Faria (2017), seria a negação da heterogestão e na cessação da autoridade estruturada na sociedade e nas organizações que é corroborado pela fala do entrevistado (E4):

Nós não temos liderança, liderança somos todos nós [...]. (E4)

Para além de um território de famílias de sem terra o assentamento também é um espaço de socialização e democracia. Nele todas as ações que lhe são pertinentes tem a participação de toda sua população nas decisões, quanto a organização das tarefas e sua execução.

O relato do entrevistado (E9) abaixo, corrobora o conceito de autogestão definido pela SENAES (BRASIL, 2015), conforme vimos no início desta seção, ao afirmar que na

autogestão as decisões são tomadas de forma coletiva de maneira a privilegiar o grupo e não o indivíduo.

tudo na base da assembléia, de reuniões de núcleo, entendeu a gente conversa, senta todos conversa, coloca-se a demanda do que é pra fazer, o que tem pra fazer, tira sempre um grupo pra fazer tal tarefa, outro grupo pra outra tarefa é porque não é sempre uma tarefa só.... por exemplo, hoje uma, uma equipe veio pra cá espalhar o feijão, tem uma equipe na cozinha preparando a refeição, outra equipe foi ranca os feijão que tá lá e é sempre assim todo mundo se une e cada equipe que achá que essa tarefa é melhor mim vai cumprir aquela tarefa. (E9).

Neste fragmento do entrevistado (E8), também é possível confirmar que a tomada de decisão é coletiva, conforme descrito por Lins (2013) ao afirmar, que a autogestão é uma prática em que os próprios trabalhadores, decidem o que fazer e que se encontra apoiado nos princípios de cooperação, solidariedade, igualdade e democracia:

[...] é o coletivo funciona assim, faz no caso assembléia, aí na assembléia a gente conversa aquilo que a gente quer construir na área coletiva, entendeu, ela funciona dessa forma assim, aí fica todo mundo reunido ali e ali discute o... pa tombá uma terra, pa prantá, pa limpá aí todo mundo junto ali [...]. (E8).

De maneira geral, a população do assentamento percebe que esta inserida em um contexto em que é responsável pela organização do trabalho, pois têm poder de voto nas assembleias e na tomada de decisão.

Podemos perceber no extrato abaixo (E3) que o ato de tomar decisões em assembleias é uma prática social, que está apoiada na distribuição do poder, que segundo Carvalho (2012) é pertinente à autogestão.

Então, quando plantar e o que vai plantar é decidido na assembleia. (E3).

Embora as decisões sejam tomadas em assembleias, nem sempre toda a comunidade se faz presente e isso traz para o assentamento um problema na comunicação conforme justificado pelo entrevistado (E11):

[...] as vezes não é porque querem faltá, as vezes é por falta de comunicação. (E11).

Pelo fato de estarem sob uma ação de despejo tramitando na justiça, por conta desta situação, e como forma de se manterem mais unidos, de resistirem e de se precaverem contra atos de depredação ambiental que possam incriminá-los, foi improvisado na entrada do assentamento, o que eles chamam de barracão da resistência e ali realizam todas as manhãs, as reuniões de núcleo.

Nessa estrutura construída provisoriamente com bambu, lonas, plásticos e folhagens, os integrantes de cada núcleo passam as noites, dormindo no chão forrado com esteiras e lonas.

As assembleias em situação de normalidade ocorrem na sede, porém em razão de uma ordem de despejo, elas têm sido realizadas em um espaço construído na entrada do assentamento, que foi batizado de “barracão da resistência”. É neste espaço que os nucleados passam os dias e as noites de vigia do assentamento, fazem as refeições, se abrigam do sol no período mais quente do dia e também se protegem da chuva.

Durante minha estadia no assentamento, o barracão da resistência foi o espaço onde passei praticamente todo o tempo. As refeições eram realizadas ali mesmo, feitas em fogão a lenha, e com doações de toda a comunidade.

4.2.2 Forma de executar

Conforme Faria (2009), a autogestão não se restringe a criar grupos de trabalho, mas a romper com as estruturas autoritárias e nesse sentido, o assentamento procura envolver voluntariamente todos os assentados(as) nas atividades coletivas de produção.

Por isso, a cada coletivo de produção há uma variação, no número de assentados(as) participantes na organização e na gestão da produção. O que não representa a orientação do assentamento, mas refere-se a um processo que vem sendo construído com as famílias:

então é a participação ela é boa, mas até certo ponto uma participação meio desconfiada, meio desconfiada até porque a gente tem ainda plantado, por exemplo, com relação a produção de alimento, a gente tem ainda plantado uma área ao meu ver assim pelo número de pessoas muito pequena e aí como a gente planta muito pouco, ara muito pouco aí o resultado disso ainda é pouco. (E3).

Esta é uma postura, que foi naturalizada por experiências adquiridas com o passar dos anos a partir, de uma posição individualizada, e que o assentamento procurar mudar esse pensamento trazido por alguns membros, como pode ser observado no fragmento da fala do entrevistado (E1):

Inclusive nós temos é no Movimento enquanto, enquanto princípio a direção coletiva né, então é pra nós né, na nossa atuação enquanto Movimento é importante a gente que seja o mais amplo possível a participação e a construção dos processos né, é o nosso maior desafio é hoje no... do Movimento na... na construção dos assentamentos dos acampamentos é a gente ampliar essa participação é das famílias né. (E1).

Em relação à terceirização, parte da população mais envelhecida e que vive só, acaba contratando pessoas da própria comunidade para ajudá-los em sua UPAF. Outra forma observada é a troca de dia de trabalho como mostram os seguintes relatos:

Algumas famílias, principalmente a companherada que é mais velha, já idosa é quando tem, tem muito serviço contrata um companheiro ou uma companheira pra um dia de trabalho, mas isso é geralmente é alguém ali de dentro do assentamento mesmo, filho de assentado ali e ai vai trabalha na diária ali junto com a pessoa pra planta ou pra capina. (E1)

é o que a gente trabalha muito dentro do nosso projeto é a trocas de dias de trabalho né, por exemplo, eu fiz uma lavora dentro da minha área né, o trato foi lá preparo o solo e tal eu meti o ferro e prantei, só que veio muito mato eu num dei conta de limpa a lavora, mas o meu vizinho tamém fez o mesmo então eu junto com meu vizinho e troco um dia de serviço com ele, trabalho um dia na minha lavora e trabalho um dia na dele. (E5).

Quanto à jornada de trabalho, a necessidade da produção, o cuidado com o que já está plantado e as condições climáticas é que irão definir o tempo de trabalho diário, geralmente são sete ou oito horas/dia, como podemos observar no relato do entrevistado (E1):

É basicamente é a necessidade né, é se a gente ta com, com uma roça que a gente precisa capiná porque o mato já ta, já ta vindo e sufocando a produção e ai a gente tem que trabalhá o dia cheio vai da mais ou menos sete, oito horas de trabalho é no dia né, mas isso é muito, é muito flexível porque durante o trabalho ali as famílias que tão, que tão trabalhando que vão decidir quando vai parar, a gente tem estabelecido já um horário de, de começá né, é então a gente começa todo mundo junto, ai vai trabalhando e ai a gente vai se consultando que horas a gente para pra, pra tomar o café ai todo mundo para, a gente vai toma o café retoma e ai a gente decide também que horas a gente vai para pra almoçá que horas a gente vai volta pro, pro trabalho e até que horas a gente vai, mas quando a gente trabalha o dia cheio é mais ou menos oito horas. (E1).

De acordo com a fala de um membro da comunidade, as tarefas necessárias no coletivo são realizadas por todos, não existindo a ideia de fazer rotação ou rodizio dessas atividades entre os participantes do coletivo:

[...] É, nunca trabalhamo nessa parte... essa tese ai não. A tese igual, voltando no início, a tese é quem começa no coletivo primeiro, assim no início ele tem que i até o fim. Então não tem essa de... de ta repartino. Ele tem que i até o final [...]. (E6)

4.2.3 Forma de remunerar

De acordo com Vazzoler (2004), em uma organização autogestionária o trabalho é organizado de forma coletiva e os resultados da produção são distribuídos com base na produção de cada trabalhador.

A partir deste entendimento, podemos perceber nos relatos a seguir, que o modelo de remuneração utilizado no assentamento, dialoga com o ponto de vista de Vazzoler (2004).

A comunidade adota como forma de remuneração o critério de horas trabalhadas, por considerarem ser um método mais justo:

Este modelo foi implantado, porque alguns trabalhadores não trabalhavam o mesmo tempo que os outros, e no final acabavam recebendo igual aos demais, assim, decidiu-se em assembleia por remunerar pela hora trabalhada, conforme destaca o entrevistado (E9) abaixo.

A gente via que muitos companheiros é, por exemplo, vamos chegar sete hora, vamo tentar chegar todo mundo sete hora, até porque é um trabalho é as horas melhores pra trabalhar na parte do dia, porque depois o sol esquenta [...] isso, então a gente percebeu que tinha parceros que chegava onze hora do dia, dava duas enxada ia embora e queria receber o dia todo igual os outros, a gente falou não, vamo.... vamo colocar, passar te um, um banco de horas né, onde a gente vai passar a anotar o nome.... por isso que eu falei, ninguém é obrigado a chegar sete hora, mas ele chega meio dia, mas não tem porque receber o mesmo [...] isso, isso aí a gente passou a fazer dessa forma e eu acho que é a melhor forma. (E9).

Essas horas são anotadas manualmente em um caderno por mais de uma pessoa, normalmente os coordenadores do núcleo responsável pelo dia em que se está trabalhando, mas pode ser qualquer participante do trabalho coletivo, desde que tenha sido aprovado em assembleia, conforme registros dos respondentes (E2) e (E1):

Aí quando a gente vai, a gente vai montar um coletivo, aí na assembleia a gente vê quantas pessoa, tira um homem e uma mulher ou dois homens e duas mulher, quem tiver ali disponível e agente tira uma pessoa pa fazer as anotações de quem tá chegado de quem tá, né qual horário que as pessoa tá chegado e essas mesma pessoa desde do, do dia do preparo da te.... do solo até distribuição do, do que a gente pranto, até sai pa se comercializada essa anotação é que vale. (E2)

[...] a gente tira uma equipe né pra fica, pra fica anotando isso, geralmente são duas ou três pessoas que vai ficar responsável por anota né então, por exemplo, se a gente começa as sete horas vai te lá a pessoa que vai ta com caderninho e vai anota que chego as sete ai se as pessoas vão chegando também durante o.... o é durante o trabalho né e ai a pessoa procura quem ta anotando e vai lá anota né então se eu cheguei é as oito ele vai anota lá Diego chego as oito a mesma coisa na hora de, de sair, então sempre vai ter uma ou duas pessoas que vai ta responsável por, por anotar a hora que chego e a hora que saiu. (E1)

Ainda que de forma manual, ocorrem poucas divergências nos registros, mesmos quando isso acontece à dúvida é esclarecida em assembleia, além disso, os trabalhadores são orientados para também fazerem a anotação de suas horas trabalhadas, como dito pelo entrevistado (E1) e (E7):

[...] essas questões né, é claro que sempre aparece uma coisa ou outra né, até quando a gente foi fazê o calculo do feijão é uma das companheiras tinha ficado responsável por anota um dia né, e ai ela como ela tava anotando, ela esqueceu de escrever o próprio nome né (risos) e ai ela só foi percebê isso quando a gente foi fazê o calculo do, é o calculo total né das horas trabalhadas e quanto caberia pra cada um e ai também ela coloca, colocou né na assembleia pra todo mundo e ali, ali a gente resolveu [...]. (E1)

a gente até pede pra alguém tamem oh vocês marquem suas horas tamem se caso depois tiver dúvida, não eu trabalhei tantas hora então é melhor ele tá apontano as horazinha dele tamem pa evitar de qualquer atrito. (E7).

4.3 Formação técnica para execução do trabalho

A fim de relacionar a categoria “formação técnica para execução do trabalho” que é intrínseca a politecnia, buscou-se observar na fala dos entrevistados, evidências da existência deste conceito no cotidiano da comunidade e principalmente, se e como, o MST contribui para a capacitação do assentado(a).

O extrato a seguir (E1), mostra o compromisso do MST com o desenvolvimento tanto intelectual quanto manual para aperfeiçoamento dos assentados(as):

[...] a gente fez uma parceria com, com a UFF de Rio das Ostras pra fazê essa, essa capacitação e formação continuada é então foi de 2009 até 2014... e com a Cooperar que uma cooperativa de assistência técnica que nós temos do Movimento né, que é a nível nacional[...]. (E1).

Para estes outros dois entrevistados (E4) e (E2), a comunidade recebe apoio e orientação do MST para o desenvolvimento técnico da produção e também para o desenvolvimento profissional pessoal:

[...] é tanto que eles promove cursos né dos assentados, a gente fica aqui, a gente não fica parado, a gente faz cursos [...]. (E4)

[...] dentro do assentamento existe muito de nós aqui já fez né é formação. é de interesse né, do Movimento dá oportunidade que a gente né que as pessoa se forme né pra pós-graduação né, medicina e muitos de nós corre atrás[...]. (E2)

Segundo Chiariello e Eid (2013) para que a politecnia se consolide, não pode haver divisão entre trabalho intelectual e manual, portanto, é necessário que os sujeitos inseridos na organização tenham condições, de unirem suas habilidades manuais com a formação adequada para desempenhar seu trabalho:

O que se percebe nas narrativas a seguir, é que o MST procura levar para a comunidade assentada não só o conhecimento para realização do trabalho na agricultura, ou

seja, dentro do assentamento, mas também tem interesse em preparar profissionais em outras áreas de conhecimento:

[...] a gente tamem sai, tamem as vez faz curso, tem algum seminário de alguma coisa a gente vai lá faz de conhecimento de uma planta de tudo, como combatê uma praga, tudo isso a gente tem o conhecimento. O Movimento dá muito apoio, inclusive o Movimento dá apoio até os filho dos assentado, porque as vezes quando tem algum curso, por exemplo, chega aí es liga pra cá fala oh vai te um curso tal, até pra medicina pra filho de assentado sempre tem conseguido aqui. (E7).

Desta maneira, o Movimento incentiva os assentados e as assentadas na construção de conhecimento, tanto dentro dos seus espaços, como também para além deles, proporcionando ao individuo uma formação diversificada, que corrobora com o pensamento de Vazzoler (2004), quando diz que é preciso a evolução técnica frequente do grupo.

Há, no entanto, de acordo com alguns entrevistados, certa preferência pelos mais jovens, no momento da seleção dos assentados(as) para participar de cursos técnicos, principalmente quando esse acontece fora dos limites do assentamento:

Tem incentivo sim, mais aí, a única coisa que eu acho errado que es procura idade das pessoa [...] tem uma certa idade que es que bota, es que bota mais o jovem mais [...] as pessoa assim mais pa cima es ficam dando uma cortada [...] só jovem que es botam mesmo pa esses curso aí, tudo existe isso aí, esses curso aí existe sim [...] mas as pessoas que es procuram é mais os jovem. (E6)

Pelo exposto, este estudo corrobora que a politecnia precisa estar presente num assentamento autogestionário, a fim de conceder ao trabalhador a possibilidade de gerir todo o processo, que envolve a organização da produção e do trabalho no assentamento, conforme Chiariello e Eid (2013).

4.4 Cooperação nas atividades de trabalho

Para esta categoria, nosso interesse foi investigar se há no território, a existência de trabalho cooperado, entre os integrantes da população do assentamento, de modo a configurar o conceito de economia solidária.

De acordo com Singer (1999), essa cooperação é intrínseca a economia solidária, também se dá através de laços de solidariedade produzidos nas relações de sociabilidade entre os membros da comunidade, retratado como segue:

É o que a gente trabalha muito dentro do nosso projeto é a trocas de dias de trabalho né, por exemplo, eu fiz uma lavora dentro da minha área né, o tratô foi lá preparô o solo e tal eu meti o ferro e prantei, só que veio muito mato eu num dei conta de limpá a lavora, mas o meu vizinho tamém fez o mesmo então eu junto com meu vizinho e troco um dia de serviço com ele, trabalho um dia na minha lavora e trabalho um dia na dele. (E5)

Em outro relato é possível identificar, a existência de uma ação que é comum na comunidade e está conectada a economia solidária, devido à solidariedade presente, ou seja, a preocupação com o outro conforme definido pela SENAES (BRASIL, 2015) e que se é possível confirmar no extrato da fala do entrevistado (E2):

[...] a gente tá pensando em fazer mutirão pa ajudar um ao outro, porque a gente tá indo pa nossas área de unidade, então tem muitos que tão com muita dificuldade de se locomover da onde tá pa área, né trabalhar a área [...] pa podê fazer seu barraco, então a gente tá pensando, já foi feito né, muito já foi feito o meu mesmo foi feito um mutirão né, alguém fez um mutirão pa podê me ajudar a construir o meu barraco e eu também já participei de mutirão pa podê ajudar a construir os barraco, o único rodizio que a gente tem no momento é por aí. (E2).

Além disso, encontramos também indicações de que há cooperação na relação entre os indivíduos da comunidade, como descrito neste relato:

[...] desde quando eu cheguei aqui então a gente se programava, sentava e conversava, [...] porque logo quando a gente chego praqui a gente pegô uma parte de terra de 90x90, então a minha parte de terra 90x90 foi perto da do seu fulano então a gente combinou pra ele cavá e eu prantá, tanto pranta o meu e pranta o dele entendeu [...]. (E11)

No entanto, no entendimento de alguns assentados, o que as organizações caracterizam como terceirização do trabalho, eles consideram no assentamento como uma prática de troca de dias, ou seja, uma cooperação que pode acontecer nas UPAF's entre um e outro companheiro, como explicitado pelo entrevistado a seguir:

[...] um colega que um, alias um assentado tá trocando um dia com outro [...] eu vou lá no lote de, de fulano e vou trabalho um dia com ele, ele vem cá no meu trabalhá um outro dia comigo, então isso aí é uma troca de trabalho [...]. (E7).

No ponto de vista de Singer (2002), a economia solidária também proporciona uma vida melhor ao envolvidos, a partir do momento que se constrói bons relacionamentos e ajuda mútua entre si, conforme podemos identificar no fragmento a seguir:

Sim, inclusive a gente tava até é construindo nessa forma, de que hoje a gente pudesse ir pro núcleo de um companheiro, amanhã seria uma vez por semana a gente tá ino faze um, um determinado trabalho no núcleo de um companheiro [...]. (E9)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a proposição feita na introdução, de evidenciar o trabalho do agricultor e da agricultora no assentamento, esta pesquisa procurou investigar como se aplicam os conceitos de autogestão, politecnicidade e economia solidária na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira ligado ao MST.

Com a articulação destes conceitos é possível afirmar que, a partir da investigação realizada, eles se encontram inseridos na forma de organizar o trabalho no assentamento.

O esforço da comunidade em manter uma boa relação social no trabalho coletivo, de forma que todos os sujeitos tenham voz ativa, com os mesmos direitos e responsabilidades, fica evidente. Ainda assim, com tomada de decisão democrática, com a participação de toda comunidade, existem aqueles que dizem ser ignorados nas assembleias.

O trabalho nas áreas coletivas é remunerado individualmente pelas horas trabalhadas ao final de cada coletivo de produção. O controle das horas é realizado manualmente com o registro em um caderno e tem a credibilidade de todos.

É importante destacar que a comunidade não reconhece a figura de um líder no assentamento, uma vez que todas as decisões são tomadas em assembleia, não prevalecendo ou privilegiando a vontade de apenas um membro. Nesse sentido os coordenadores tem como prioridade, manter a comunidade informada e mobilizada, acerca das questões que envolvem o assentamento, mantendo a organização social e de trabalho, não cabendo a eles nenhuma decisão autocrática.

Entretanto, se voltarmos o olhar para os fundamentos da administração que englobam conceitos como planejamento, organização, liderança e controle podemos observar que os coordenadores assumem responsabilidades de liderança, ainda que a população não os veja como tal, considerando a ideologia do MST que se reproduz na comunidade.

Destarte identificamos nas falas dos respondentes que em razão de suas decisões serem tomadas de forma coletiva, consideram a inexistência do líder, caracterizando assim a autogestão. É importante ressaltar que a “ausência” do líder, dentro das características da organização do assentamento, não proporciona nenhum tipo de desordem ou ações arbitrárias por parte dos assentados(as).

Em se tratando de formação de acordo com os entrevistados(as), o MST prima pela necessidade de manter, em boa medida, todos os indivíduos que compõem o assentamento com uma formação técnica apropriada, para melhor desenvolver o trabalho, tanto nas áreas

coletivas quanto nas individuais e também incentivando a formação profissional dos seus membros para além das questões agrárias e das fronteiras do assentamento.

Esta preocupação do Movimento identificada na fala de vários entrevistados(as), corrobora a existência da politecnia na manutenção e no desenvolvimento do assentamento e do indivíduo.

Aqueles que são indicados para realizar curso externo, cujo conteúdo esteja ligado diretamente com questões agrícolas, assume o compromisso de transmitir para a comunidade o conhecimento adquirido. Com isso pretende-se que todos sejam beneficiados.

No entanto, mesmo não tendo um critério estabelecido, para seleção daqueles que saem do assentamento, para fazer cursos de formação, há certa preferência pelos mais jovens, conforme relato de alguns entrevistados.

Ao analisar ações que configuram a existência da economia solidária, percebe-se em vários fragmentos que essa é uma prática, que está enraizada na comunidade, através da cooperação entre os ocupantes do assentamento, até mesmo, devido à idade avançada de muitos destes ocupantes e que na sua maioria moram sozinhos, necessitando do auxílio de outros trabalhadores.

Ademais, a cooperação entre os moradores do assentamento, também contribui para estreitar as relações sociais, manter laços de amizade e de solidariedade, além da manutenção de constante ajuda mútua entre os moradores.

A pesquisa é relevante, pois possibilita perceber a presença, no espaço do assentamento, de um discurso social democrata que propõe a emancipação do trabalhador rural, com reivindicação de políticas públicas que lhes garantam a fixação e manutenção no campo.

Como sugestão para futuras pesquisas qualitativas com assentados de reforma agrária, apontamos a necessidade de investigação acerca do impacto que o trabalho e a convivência com situações de conflitos a que são submetidos possam provocar na saúde do trabalhador rural.

Afora isso, há a necessidade de realização de estudos acerca da produção e distribuição dos alimentos que são gerados nos assentamentos, além de pesquisas com foco em políticas públicas voltada ao desenvolvimento de infraestrutura para eletrificação, saneamento básico, telecomunicação, serviços de saúde, rodovias e transporte público nos territórios de assentamentos.

Assim sendo, concluo que o trabalhador rural inserido no contexto de um assentamento ligado ao MST, detém o controle sobre a organização do território, seja na

forma de organizar o trabalho, na determinação do que produzir, na distribuição de renda obtida pela produção e na organização social.

Se sentindo útil à sociedade, para além de sua própria necessidade e bem estar, preocupa-se também com a qualidade de vida de toda sociedade e como diz um slogan da comunidade: “se o campo não planta a cidade não janta”. Eles participam de um organismo em que, seus ideais são valorizados e suas propostas são discutidas democraticamente, onde o coletivo prevalece em detrimento do individual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. M. M. Autogestão: da ideia às práticas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro: v. 23, n. 1, jan./mar. 1983, p. 37-57.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS**. Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES). **Economia solidária**. Disponível em <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>. Publicado: quarta, 26 de Agosto de 2015, 19h22. Acesso em: 14 jul. 2019.

CARVALHO, M. C. **Autogestão, economia solidária e cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e empresas de autogestão**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CHIARIELLO, C. L. **Politecnia e polivalência na organização do trabalho em cooperativas populares e tradicionais**. 2012. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

CHIARIELLO, C. L; EID. Farid. A politecnia na formação para o trabalho associado em cooperativas populares. **RETRATOS DE ASSENTAMENTOS**, v.16, n. 2, 2013.

CHIARIELLO, C. L; EID. F. A politecnia na dinâmica de gestão e execução do trabalho associado em cooperativas populares do MST. **ORG & DEMO**, Marília: v. 14, n. 1, jan./jun. 2013, p. 49-70.

CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. **Caderno de cooperação agrícola**, (7), São Paulo: 1998.

EID, F; NEVES, M. R. Organização do trabalho, tecnologia e programa de qualidade total na indústria sucroalcooleira paulista. **Estudos de Sociologia**, n. 4, Unesp, 1998, p. 83-96.

EID, F; PIMENTEL, A. E. B. Economia solidária: desafios do cooperativismo de reforma agrária no Brasil. **Revista Travessia**, São Paulo: 2001.

FARIA, J. H. **Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro: jul./set. 2017, v. 15, n. 3, Artigo 5, p. 629-650.

FARIA, J. H. Poder e controle nas organizações: a constituição do vínculo social comum. *In*: FERNANDES, Simone da Costa; GOMES, Eduarda de Biase Ferrari (Org.). **Tecnologias de gestão e subjetividades: por uma abordagem multidisciplinar**. Vitória, EDUFES, 446 p. 2013.

FARIA, J. H. **Gestão participativa: Relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília: 2016.

LINS, L. T. **Autogestão e utopia na práxis dos movimentos sociais**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

LISBOA, A. M. Economia Solidária: incubando uma outra sociedade. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro: n. 97, jun./ago. 2003, p. 50-58.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOTTA, F. C. P; BRESSER-PEREIRA, L. C. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, B. A. M. Economia solidária e o cooperativismo popular: da gênese aos desafios atuais. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro: jun./ago. 2003, n. 97, p.59-69.

SANTOS, A. M. Paul Singer: uma vida por outra economia. *In*: **Paul Singer: democracia, economia e autogestão**, SANTOS, A. M. dos; NASCIMENTO, C. Marília: Lutas Anticapital, 2018. p. 17-82.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnic da Saúde Joaquim Venâncio, 1989, 51 p.

SEVERINO, M. R. **Organização e processos de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STRAUSS, A; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução Luciane de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2008.

THIOLLENT, M. (2009). **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas.

TIRIBA, L. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção economia).

VAZZOLER, M. R. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária**: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

CAETANO, G. F. C; WANDERLEY, S. E. P. V. Organização do Trabalho no Assentamento Osvaldo de Oliveira. **Rev. FSA**, Teresina, v.18, n. 02, art. 14, p. 257-283, fev. 2021.

Contribuição dos Autores	G. F. C. Caetano	S. E. P. V. Wanderley
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X